INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS PORTO SEGURO

LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA

LUZINETH MUNIZ PATAXÓ

PERCEPÇÃO E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DA ALDEIA INDÍGENA CARAMURU PARAGUAÇU A RESPEITO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PORTO SEGURO-BA

LUZINETH MUNIZ PATAXÓ

PERCEPÇÃO E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DA ALDEIA INDÍGENA CARAMURU PARAGUAÇU A RESPEITO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Porto Seguro, como requisito parcial para a conclusão da Licenciatura Intercultural Indígena
Orientadora: Profª. MSc. Cristiane Tessmann.

PORTO SEGURO-BA

2017

Ficha Catalográfica

Segundo a NBR 14724 no verso da página de rosto e na parte inferior da mesma devem contar a Ficha Catalográfica. Esta deverá ser elaborada pelo profissional bibliotecário de sua Unidade ou da Biblioteca Central, objetivando a padronização das entradas de autor, orientador e definição dos cabeçalhos de assunto a partir de índices de assuntos reconhecidos internacionalmente. Caso no Núcleo não tenha um bibliotecário no momento da conclusão do curso, a ficha catalográfica será dispensada.

Planeta Água (Guilherme Arantes)

Água que nasce na fonte serena do mundo
E que abre um profundo grotão
Água que faz inocente riacho
E deságua na corrente do ribeirão
Águas escuras dos rios
Que levam a fertilidade ao sertão
Águas que banham aldeias
E matam a sede da população
Águas que caem das pedras
No véu das cascatas, ronco de trovão
E depois dormem tranquilas
No leito dos lagos
No leito dos lagos
Água dos igarapés
Onde Iara, a mãe d'água
É misteriosa canção
Água que o sol evapora
Pro céu vai embora
Virar nuvens de algodão
Gotas de água da chuva
Alegre arco-íris sobre a plantação
Gotas de água da chuva
Tão tristes, são lágrimas na inundação
Águas que movem moinhos
São as mesmas águas que encharcam o chão
E sempre voltam humildes
Pro fundo da terra
Pro fundo da terra
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Água que nasce na fonte serena do mundo
E que abre um profundo grotão
Água que faz inocente riacho
E deságua na corrente do ribeirão
Águas escuras dos rios
Que levam a fertilidade ao sertão
Águas que banham aldeias
E matam a sede da população
Águas que movem moinhos
São as mesmas águas que encharcam o chão
E sempre voltam humildes
Pro fundo da terra
Pro fundo da terra
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água
Terra! Planeta Água

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu filho Wesley Muniz Santos (In memorian) com todo meu amor e minha gratidão, filho este que perdi ao longo dessa jornada ele que sempre mim deu força para que eu "focasse no meus estudos" frase dita por ele um dia antes de partir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que mim manteve viva para que eu pudesse realizar mais uma etapa de minha vida, aos meus filhos que muitas das vezes mim ausentei, aos professores em geral que mim deram suporte e capacidade pra realização desse trabalho, e em especial a professora Cristiane Tessmann minha orientadora, tenho convicção que sem ela esse trabalho não sairia com a mesma perfeição.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar a percepção e as praticar dos professores relacionados ao recursos hídricos do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru. Diante da constante falta d'água nessa comunidade e na unidade escolar, surgiu a necessidade de identificar quais foram as causas dessas constantes falta d''água na concepção dos educadores da comunidade indígena Pataxó Hãhãhãe que mais contribuíram para a inexistência desse bem comum essencial para o funcionamento vital do seres vivos. A pesquisa teve caráter exploratório, onde os dados obtidos foram analisados em uma perspectiva quantitativa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário semiestruturado contendo perguntas subjetivas e objetivas relacionadas as questões hídrica. Segundo os professores, para solucionar os problemas de falta d'água há necessidade reflorestamento e recuperação das nascentes, além de promover a conscientização ambiental entre os membros da comunidade e implantar saneamento na aldeia e reaproveitar água da chuva. Diante dos resultados obtidos, foi possível identificar que a água é de fundamental importância para os professores desta comunidade, visto que sua falta interfere diretamente no funcionamento da escola (falta de água potável, falta de água para o preparo da merenda escolar e falta de água para limpeza) e nas práticas culturais, tais como a agricultura tradicional. Atualmente, em algumas regiões, a água é escassa e o solo está compactado, tornando-o impróprio para as práticas agrícolas.

Palavras - Chave: Hídrico,Reflorestamento, Comunidade, Escassa.

ABSTRACT

The present work aims to identify the perception and practice of teachers related to water resources of the State College of the Caramuru Indigenous Village. Given the constant lack of water in this community and in the school unit, the need arose to identify the causes of these constant lack of water in the conception of the educators of the Pataxó Hãhãhãe indigenous community who contributed most to the inexistence of this essential common good for the vital functioning of human beings. The research was exploratory, where the data were analyzed in a quantitative perspective. The data collection instrument used was a semi-structured questionnaire containing subjective and objective questions related to water issues. According to the teachers, to solve the problems of lack of water there is need for reforestation and recovery of the springs, besides promoting environmental awareness among community members and implementing sanitation in the village and reuse rainwater. In view of the results obtained, it was possible to identify that water is of fundamental importance for the teachers of this community, since its lack interferes directly in the functioning of the school (lack of drinking water, lack of water for the preparation of school meals and lack of water for cleaning) and cultural practices, such as traditional agriculture. Currently, in some regions, water is scarce and the soil is compacted, making it unsuitable for agricultural practices.

Keywords: Water, Reforestation, Community, Scarce.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

A comunidade Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe é composta por uma população de 2.780 indígenas (SIASI, 2013) distribuídos em 850 famílias conforme o censo de 2010. A mesma é formada por seis etnias diferentes: Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamakã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren (CARVALHO & SOUZA, 2005). O referido território abrange três municípios: Camacan, Pau Brasil e Itajú do Colônia, todos localizados na região Sul da Bahia (figura 1). A lei nº 1.916, de 9 de agosto de 1926, reserva esta área e dá origem a nossas comunidade.

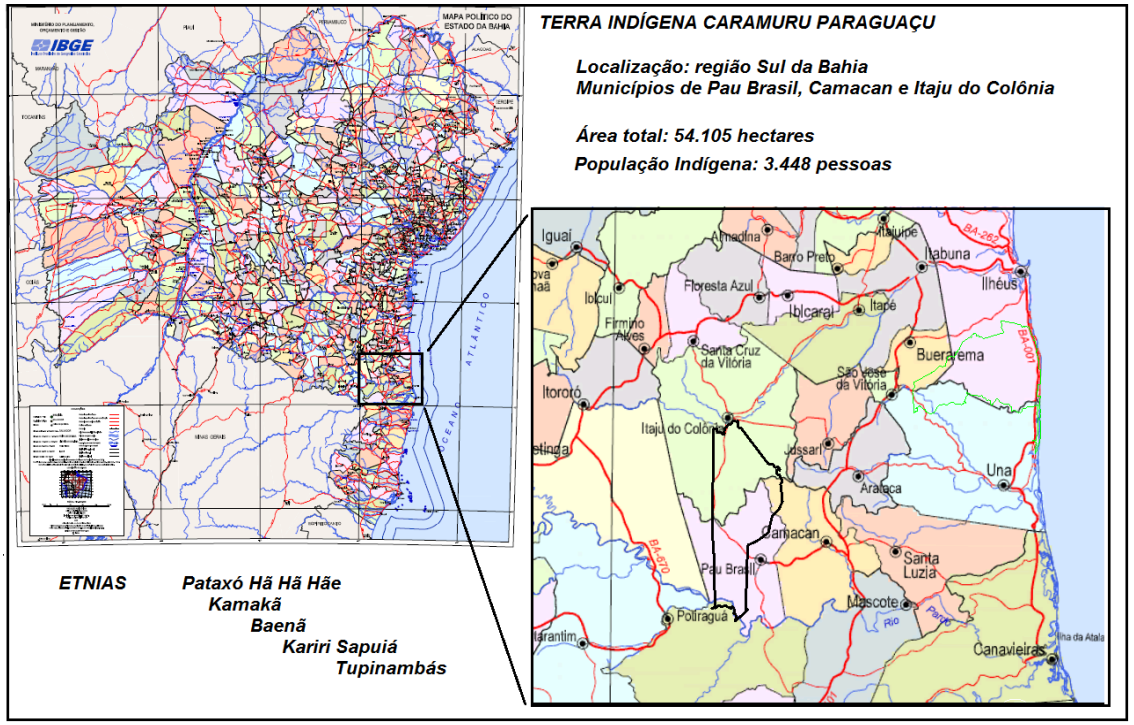


Figura 1 – Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu - Localização. Fonte: IBGE 2011.

A Reserva Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu foi criada em 1926 para abrigar indígenas Pataxós, Tupinambás e de outras etnias que já haviam sido expulsos de seus territórios de origem. O órgão tutor da época era o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Devido a grandes conflitos entre fazendeiros e índios na época, o governo do estado da Bahia demarcou, em 1937, os 54.105 hectares. Com a demarcação, o SPI arrendou e transformou esse território em grandes fazendas para arrendamento de não índios, emitindo declarações na tentativa de transformar os arrendatários em falsos índios. Sendo assim, os

verdadeiros indígenas não tinham poder nenhum sobre seu território, pois toda renda obtida com aluguel e arrendamentos eram para os funcionários do órgão que supostamente protegia o índio. Cada arrendamento provocava grandes conflitos entre índios e arrendatários. Isso fez com que, entre os anos 1948 e1949, parte dos índios fossem encurralados e expulsos do seu território tradicionalmente ocupado.

Em 1973 o arrendamento em terras indígenas foi proibido por lei e, depois de cinco anos (1978), o governador da Bahia Roberto Santos e seu sucessor Antônio Carlos Magalhães, emitiram títulos, dando posse das terras indígenas para os antigos arrendatários, os quais já tinham sido transformados em grandes fazendeiros. Com a expulsão dos indígenas de seus territórios, muitos passaram a trabalhar em fazendas vizinhas e até mesma em seus territórios, sendo proibidos pelos fazendeiros de se afirmar como indígenas (eram ameaçados de ficarem desempregados caso assumissem sua identidade indígena). Como resultado, alguns indígenas abrigaram-se em cidades e povoados próximos do território que lhes era seu por direito.

Em 19 de abril 1982 iniciou o processo de retomada em uma pequena área de 1.079 hectares, havendo um início da organização social e cultural.

Devido a interesses políticos, o governador, pressionado pelos fazendeiros, juntamente com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) iniciou a retirada dos indígenas das terras, sendo boa parte da comunidade sendo transferida para a Fazenda Almada, localizada no município de Ilhéus, sul da Bahia. No entanto, um pequeno grupo, formado pelas famílias Muniz, Samado e Titiá, se recusou a deixar o território e entrou na justiça com um mandado de segurança, pedindo à FUNAI a volta dos índios transferidos. A juíza na época deu uma liminar favorável aos índios e, em 1983, os índios retornaram ao Caramuru.

A parti daí, os grupos se uniram para avançar na recuperação do território uma vez que a área ocupada já não era suficiente para subsistência desta comunidade. Na época, essa comunidade sobrevivia das atividades agrícolas, abastecendo as cidades vizinhas com suas mercadorias; à medida que a população ia crescendo, novas moradias foram construídas, novas roças foram plantadas, ficando espaço insuficiente para esta população.

Tentativas de novas retomadas foram realizadas, porém sem sucesso. O

povo Pataxó Hãhãhãe se organizou na busca de conquistar outras fazendas, devido a necessidade de ampliar o território: entravam nas fazendas e a polícia militar e os fazendeiros, com seus pistoleiros, obrigavam o povo a desocupar as áreas recuperadas. Ao longo do processo, 16 lideranças foram assassinadas. Em 1997, a luta pela demarcação de terras indígenas ganhou notoriedade nacional com o triste episódio da morte do índio Galdino, em Brasília.

As ocupações prosseguiram e três áreas foram recuperadas: Fazenda São Sebastião, Bom Jesus e Paraíso. Em 16 de novembro de 1999 dez fazendas foram ocupadas, porém apenas uma (Fazenda Milagrosa) foi recuperada.

Iniciou-se, então, um processo de negociação entre os fazendeiros e a FUNAI, para realização do pagamento de suas benfeitorias (construção da casa da sede, colocação de cerca, etc.), uma vez que o território era dos índios por direito.

No ano 2000, os indígenas retomam toda região da Água Vermelha e Ourinho. Em 2012 foi a vez da região de Itajú do Colônia e região do Rio Pardo e Panelão. Todo o território foi ocupado e nesse mesmo ano (depois de trinta anos de luta) o Superior Tribunal Federal anulou os títulos dos fazendeiros e concedeu aos Pataxó Hãhãhãe o direito aos 54.105 hectares relativos ao território demarcado em 1937.

2. PROBLEMAS AMBIENTAIS

Depois de longos anos tendo seu território parcialmente devastado em algumas localidades, a comunidade Indígena dos Pataxó Hã-Hã-Hãe tem sofrido com os problemas ambientais decorrente de ações impensadas dos fazendeiros, que utilizaram esse território apenas para fins lucrativos, não se importando com os danos que poderiam ser ocasionados no território e na comunidade. Sendo assim, a luta desses indígenas ainda não acabou, pois o território se encontra muito degradado por conta do mal uso ao longo dos anos por parte dos fazendeiros.

Muitos são os problemas ambientais presentes na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu. São eles: restrição de água em quantidade e qualidade para o consumo doméstico e para os animais (gado); contaminação sanitária

na bacia do rio Águas Vermelhas; presença de nascentes ameaçadas e desprotegidas; infestação de plantas indesejáveis; decadência e abandono das lavouras Cacaueiras; uso de glifosato[1] nas lavouras; presença de grande área desmatada para pastagens e utilização do fogo (OLIVEIRA et al., 2016).

Nas regiões onde houve cultivo do cacau, mantiveram-se áreas parcialmente preservadas, com nascentes ativas, rios e córregos. Já nas áreas que foram convertidas em pasto, para criação de gado, o solo tornou-se totalmente devastado, ficando impróprio para o cultivo. A presença de água nessas regiões é escassa, com nascentes desativadas e solo semiárido.

As terras dos Pataxó Hãhãhãe possuem algumas áreas que são distintas entre si: nas regiões de Panelão e Água Vermelha, incluindo Ourinhos (figura 2) existem matas diversas, árvores frutíferas e bom solo, sendo banhadas por rios e córregos, o que possibilita aos moradores dessas regiões cultivarem seus próprios alimentos, tais como bananeiras, milho, feijão, mandioca e hortaliças diversas. Nas localidades onde ainda existem córregos, tais como Panelão e Serra do Mundo Novo, tem havido constantes queimadas, principalmente onde há criação de gado, na tentativa melhorar as condições de seus pastos e aumentar a quantidade de seus rebanhos.

Já nas regiões próximas de Pau Brasil e Itajú do Colônia existem apenas represas ou pequenos açudes, cujas águas ainda tem que ser divididas com os animais, tornando, assim, imprópria para o consumo humano. Há, portanto, a necessidade de abastecimento de água potável com carro pipa, por não possuírem rios e córregos (figura 2). No entanto, devido ao difícil acesso, o carro pipa não é capaz de levar água em algumas localidades, tais como região do Toucinho, serra do Ourinho e em boa parte de Alegrias, principalmente na época de estiagem quando vários córregos secam, fazendo com que muitas vezes os animais tenham que ser deslocados para região do Rio Pardo.

---

[1] Principal constituinte químico do Roundup®. É um herbicida não-seletivo e altamente eficiente, utilizado para controlar plantas daninhas nas plantações de cacau. No entanto, se utilizado de forma inadequada, pode ocasionar fitotoxicidade ou levar à morte as plantas de interesse econômico, podendo ainda representar risco à saúde humana ou ao meio ambiente (GALLI & MONTEZUMA, 2005).

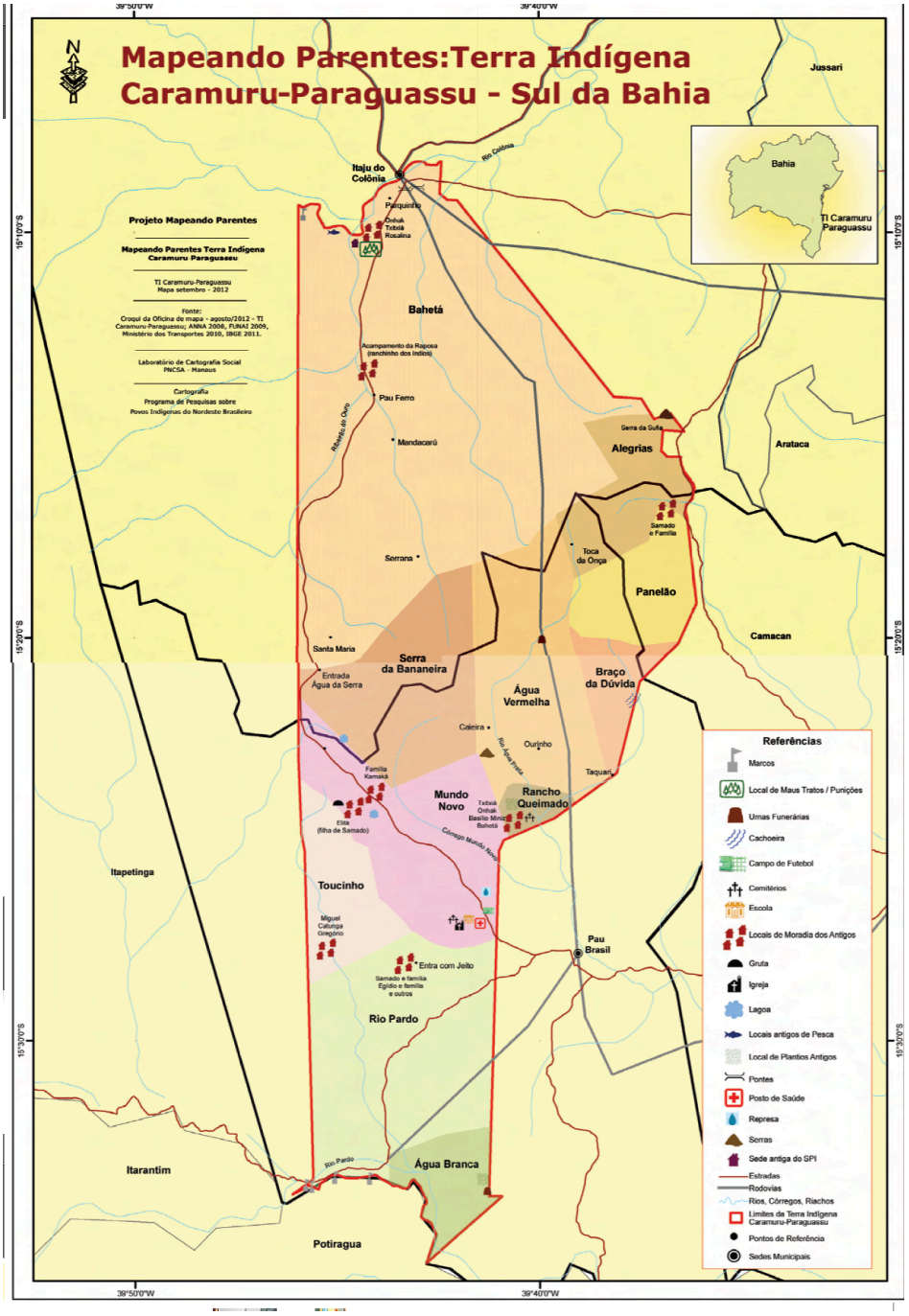


Figura 2 – Regiões da Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu. Fonte: Croqui da Oficina de Mapa – agosto/2012 – TI Caramuru/Paraguaçu; ANNA 2008; FUNAI 2009; Ministério dos Transportes 2010, IBGE 2011.

O mal uso do solo ao longo de todos esses anos que a terra esteve de posse dos fazendeiros, os quais derrubavam árvores e transformavam a terra em grandes pastos para criação de gado, não respeitando os mananciais, tem afetado, diretamente a comunidade dessa região pois os mesmos tem deixado

de cultivar seus próprios alimentos, interferindo diretamente nas suas práticas culturais.

> A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas estabelece que as prioridades ambientais para uma política de atenção à saúde para essas populações devem contemplar a preservação das fontes de água limpa, a construção de poços ou a captação de água superficial. Nas comunidades que não dispõem de água potável pode ocorrer a captação em fonte distante; a construção de sistema de esgotamento sanitário e a destinação final do lixo nas comunidades mais populosas; a reposição de espécies utilizadas pela medicina tradicional e o controle de poluição de nascentes e cursos d'água (BRASIL, 2014, p. 9).

Apesar disso, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que é o órgão responsável pela execução de obras e serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de melhorias sanitárias domiciliares, não tem assistido essa comunidade como deveria, visto que não há garantia de saneamento básico: não há rede de esgoto (coleta/tratamento) nem coleta de lixo. Assim, as pessoas tornam-se grandes poluidores do meio ambiente, pois acabam queimando lixo ou expondo-o de maneira inadequado no solo, o qual acaba poluindo as águas. Os dejetos fecais também são depositados no solo, o que acaba também poluindo solo e água.

Apenas na sede da comunidade existem banheiros e poços artesianos, com água salobra não potável, servido apenas para uso doméstico. A comunidade também não possui cisternas nem reservatórios (poderiam armazenar uma quantidade de água maior quando o carro pipa chega para abastecer, o que ocorre uma vez por mês).

Felizmente ainda existem indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe que investem na agricultura familiar, produzindo seus alimentos sem nem um tipo de agrotóxico, os quais são comercializados nas cidades de Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia, no estado da Bahia.

3. OBJETIVOS

A pesquisa objetivou verificar os conhecimentos e as práticas relacionadas aos recursos hídricos dos professores do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu.

4. METODOLOGIA

4.1. COLÉGIO ESTADUAL DA ALDEIA INDIGENA CARAMURU PARAGUAÇU

O Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu está localizado na Reserva Indígena Caramuru/Paraguaçu, no município de Pau Brasil/BA.

A sede (figura 3) possui 12 salas de aula, um Laboratório de Informática, duas salas administrativas, onde funcionam a secretaria e a direção, uma cozinha e 5 banheiros. Esta parte da escola é responsável pelo Ensino Fundamental I (turno matutino e vespertino), Ensino Fundamental II (turno matutino, vespertino e noturno), Ensino Médio (turno vespertino e noturno) e Educação de Jovens e Adultos – EJA (turno noturno).



Figura 3 – Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu. Fonte: Autora, 2016.

Nas regiões de Água Vermelha, Ourinhos e Braço da Dúvida, existem

salas anexas (2 salas de aula, 1 banheiro e uma cozinha), onde funcionam o Ensino Fundamental I (figura 4).



Figura 4 – Salas anexas da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu, localizadas nas regiões de Água Vermelha, Ourinhos e Braço da Dúvida. Fonte: Autora, 2016.

O Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu é composta por 69 funcionários, sendo 36 professores, 12 merendeiras, 7 funcionários que trabalham na secretaria e 14 funcionários que trabalham como apoio 10 zeladores e 4 vigilantes.

4.2. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada nos meses de Fevereiro e Março de 2016, sendo a população do estudo apenas os professores do Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu que trabalham no colégio sede e atuam nos turnos matutino e vespertino que soma um total de 20 educadores. A pesquisa teve caráter exploratório, onde os dados obtidos foram analisados em uma perspectiva quantitativa.

> Estudos cujo alcance é exploratório são realizados quando o objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas ou que não foi abordado anteriormente. Os estudos exploratórios servem para se ter mais contato com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto específico, pesquisar novos problemas, etc. (SAMPIERI, 2013).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário semiestruturado contendo perguntas subjetivas e objetivas relacionadas as questões hídrica.

> Um questionário consiste num conjunto de perguntas relacionadas com uma ou mais variáveis que serão medidas. As perguntas dos questionários podem ser fechadas (contêm categorias ou opções de resposta que foram previamente delimitadas) ou abertas (não delimitam de antemão as alternativas de resposta) (SAMPIERI, 2013).

O questionário aplicado aos professores (anexo 1) foi composto por treze questões, sendo sete objetivas e seis subjetivas, as quais trataram das características ambientais das diferentes localidades existentes na comunidade, dos principais problemas que os moradores enfrentam no seu cotidiano, de quais as atividades humanas que mais contribuem para a degradação ambiental, do envolvimento dos pesquisados com ações ambientais, de quais problemas ambientais mais afetam sua rotina, de como estão sendo distribuídas a água na comunidade, das dificuldades enfrentadas com a falta d'água e das principais doenças causadas pela contaminação da água por falta de saneamento básico.

Os questionário foram aplicados aos professores do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio durante uma reunião pedagógica.

As informações foram analisadas com base na frequência de respostas fornecidas pelos professores participantes da pesquisa, utilizando para isto o programa Microsoft Excel® 2007.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 37 professores da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu, apenas 17 (46%) participaram da pesquisa apesar de ter sido aplicado 20 questionários aos educadores por atuam no colégio sede,e lecionarem nos turnos matutino e vespertino onde a falta d'água tem prejudicado com mais frequência e o publico serem crianças e adolescentes apenas 17 devolveram o questionários respondido ; destes, a maioria era do sexo feminino, com idade entre 30 e 40 anos e curso superior completo (figura 5). Lecionam as mais vaiadas disciplinas (português, espanhol, língua indígena, matemática, geografia, história, artes, ciências, multisseriado fundamental, etc.) nos níveis

fundamental e médio.

Como os Pataxó Hã-Hã-Hãe são formados originalmente por diferentes povos, a unidade escolar está representada por essas etnias também através dos seus professores (figura 6).

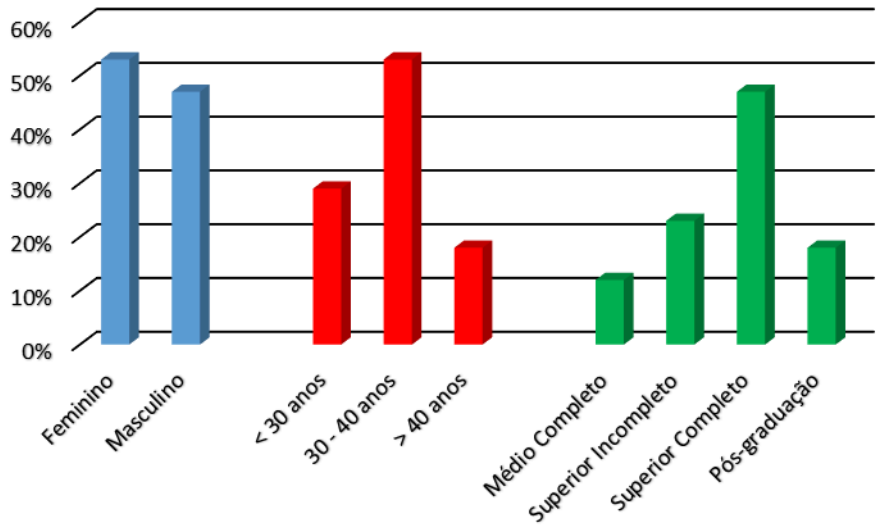


Figura 5 – Percentual dos professores da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu quando questionados sobre sexo, faixa etária e formação. Fonte: Autora, 2017.

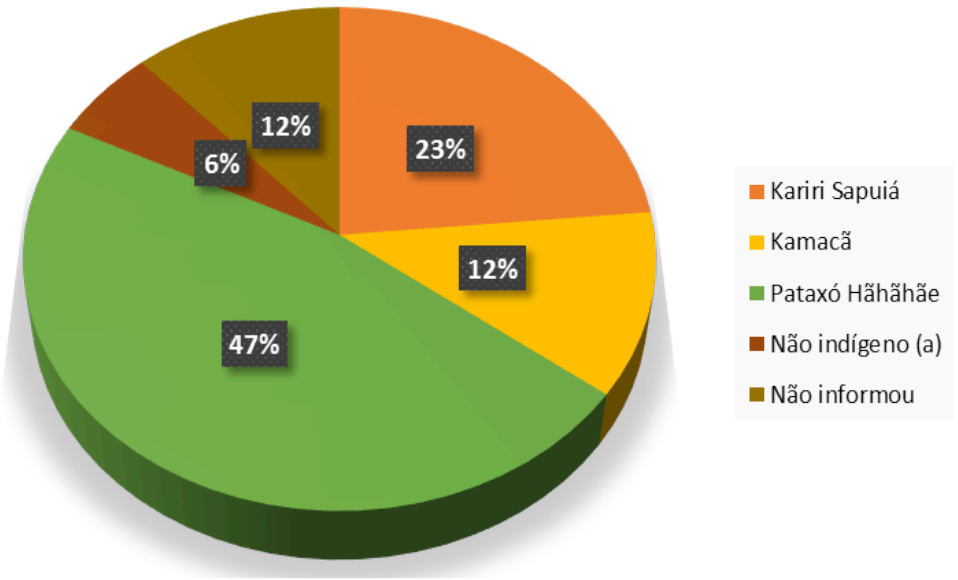


Figura 6 – Etnias dos professores da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu. Fonte: Autora, 2017.

Quando questionados sobre os problemas ambientais que ocorrem na região onde mora, a maioria (83%) dos professores respondeu desmatamento, seguido pelo lixo (65%) e falta de saneamento básico (59%). Segundo eles, a atividade humana que mais contribui para a degradação ambiental é a pecuária (88%).

Estes resultados expressam uma problemática ambiental encontrada no Território Caramuru Catarina Paraguaçu desde a década de 40, quando parte da área indígena foi repassada aos coronéis e transformados em lavouras de café, hortigranjeiros e pastagens. Além desses desmatamentos ocorridos, atualmente muitos indígenas acessaram o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) para a criação de gado, prática esta que necessita de grandes áreas para pastos conseguidas através de queimadas na reserva (TEIXEIRA, 2016).

Em trabalho realizado em Araçá/RR com professores indígenas das etniais Wapichama, Macuxi Taurepang, Sapará, entre outras, Sarmento (2011) também relata que o maior problema ambiental que a comunidade enfrenta é o desmatamento, seguido do lixo, sendo a aproximação com a sociedade envolvente e a “aculturação” sofrida pelos indígenas ao longo dos anos as prováveis causas para que tais ações ocorram.

Utilização da temática ambiental nas aulas foi a principal ação ambiental com a qual os professores se envolvem (figura 7), tal qual propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tema transversal Meio Ambiente (BRASIL, 1997).

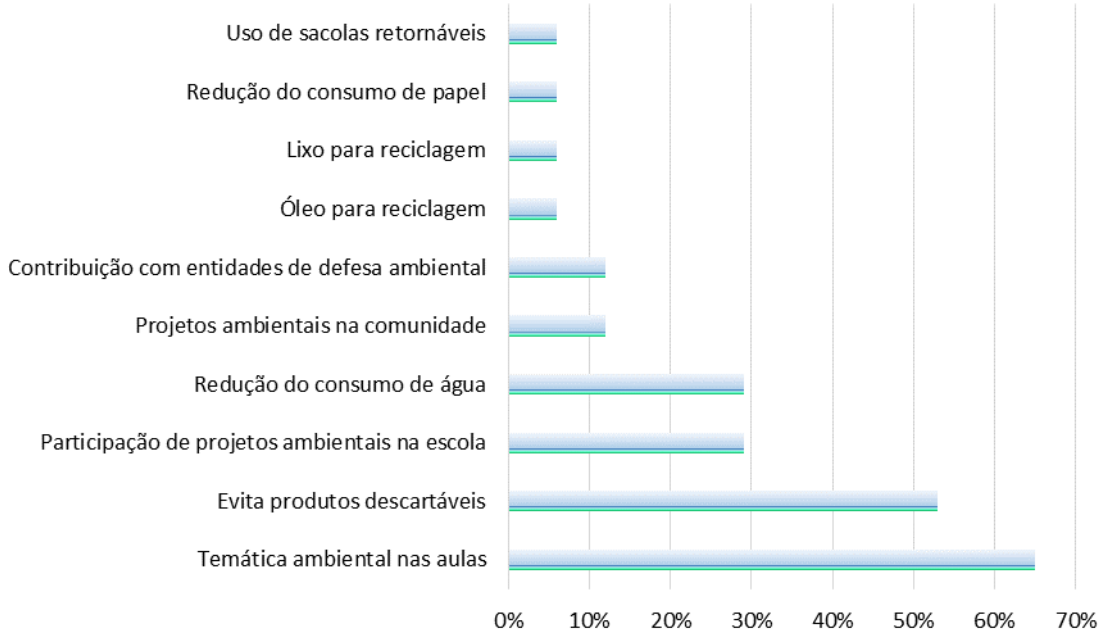


Figura 7 – Ações ambientais dos professores da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu. Fonte: Autora, 2017.

Quando questionados sobre quais problemas ambientais afetam o seu dia-a-dia, a falta de água foi a opção mais citada (88%), seguida por desmatamento (77%) e lixo (71%). Apesar deste resultado, quando voltamos à questão das práticas sustentáveis dos professores (figura 6), um pequeno percentual (29%) citou a redução do consumo de água.

A água para consumo humano na maioria das residências dos pesquisados dá-se através de carro pipa (83%); outras formas são poços artesianos (41%) e a minoria utiliza água proveniente do rio/córrego (18%). Isso deve-se ao fato de que o único rio que corta a reserva é um riacho de água salobra, sugestivamente denominado Salgado (CARVALHO & SOUZA, 2005).

Quando questionados sobre de que forma a fata d'água prejudica suas tarefas diárias, ficou evidente que para alguns professores a água está diretamente relacionada a sua importância biológica, como nota-se nas frases:

"De todas as forma uma vez que a água é vida e a base para manter a saúde do indivíduo." (P1).

"A água é algo muito importante para todos os seres vivos." (P2).

A falta d'água tem prejudicado muito as atividades diárias dessa comunidade, principalmente nas tarefas relacionadas à higiene pessoal, ao

preparo dos alimentos e às limpezas domésticas. Além disso, há prejuízo também no funcionamento escolar e nas práticas agrícolas e culturais, conforme fica evidenciado nos depoimentos abaixo.

"(...) as práticas mais simples como crianças indígenas nos rios brincando de 'caré' (....)" (P3).

"Na maioria das vezes, a escola é prejudicada porque não temos como fazer merenda bem como são interrompidas as atividades culturais programadas." (P4).

"(...) somos um povo que desenvolvemos nossas práticas culturais, seja individual ou coletivo, onde a água é essencial." (P5).

"Aprendemos a conviver com esse mal, no entanto, prejudica a prática da agricultura" (P6).

"Os rios, córregos e minadouros promove um contato direto com a natureza (...)" (P7).

Segundo os professores, para solucionar os problemas de falta d'água há necessidade reflorestamento e recuperação das nascentes, além de promover a conscientização ambiental entre os membros da comunidade e implantar saneamento na aldeia e reaproveitar água da chuva. Felizmente a Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu está contemplada pelo projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena), que vem executando ações de "apoio à iniciativas de recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e boas práticas de extrativismo nas áreas de referências" (SANT'ANA, 2014).

Algumas doenças transmitidas por água contaminada foram citadas pelos professores, tais como verminoses, alergias, diarreias, entre outras.

> "A agua, quando comprometida a sua qualidade sob o ponto de vista químico e microbiológico, pode constituir-se em veículo de transmissão de doenças, sendo responsável pela alta incidência de infecções intestinais, e, além disso, tem significativa participação nos índices de mortalidade infantil (...) Os agentes microbiológicos potencialmente prejudiciais à saúde humana passiveis de estarem presentes na agua são inúmeros, e estão diretamente relacionados ao acometimento de infecções bacterianas relacionadas ao consumo de agua contaminada." (BRASIL, 2014, p. 13).

Infelizmente a maioria das áreas indígenas no Brasil tem apresentado condições precárias de saneamento, tais como falta de água tratada, de instalações sanitárias, de serviços de esgotos e de coleta de resíduos sólidos,

o que agrava as condições de saúde da população local juntamente com a degradação socioambiental (GIATTI et al., 2007).

Quando perguntados se sentiam-se capacitados para tratar sobre a temática ambiental e orientar/prevenir doenças de transmitidas pela água com seus alunos, as respostas indicam que existe necessidade de promover capacitação acerca, principalmente, das doenças de veiculação hídrica com os docentes (figura 8). .

A escola é um ambiente propício para que os alunos desenvolvam a compreensão sobre as questões ambientais e a conscientização das suas atitudes em relação ao ambiente. No entanto, não devemos esquecer que a Educação Ambiental, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), se propões a transformar a sociedade em indivíduos críticos, capazes de solucionar problemas (BERNARDES et al., 2016).

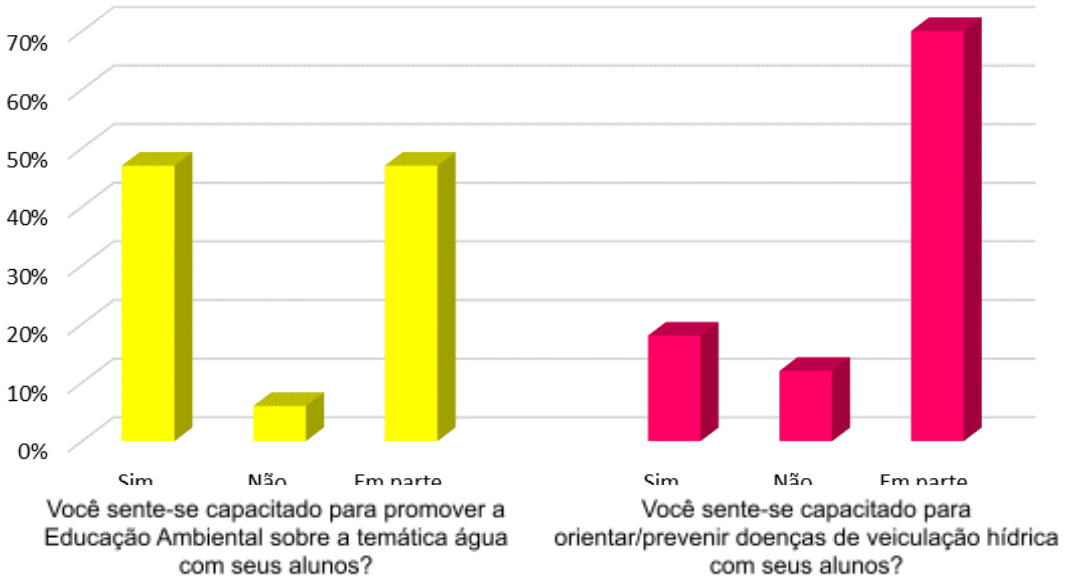


Figura 8 – Autocrítica dos professores da Escola Indígena Caramuru-Paraguaçu sobre a capacidade de promover Educação Ambiental e orientar/prevenir doenças de veiculação hídrica. Fonte: Autora, 2017. Sabemos que os recursos hídricos em geral e as praticas educacionais praticadas por educadores desse colégio foi o foco principal dessa pesquisa, e que vários fatores contribuíram para escassez da água no Colégio desta comunidade,

pude observar que não havia nem um cartaz de conscientização referentes preservação meio ambiente,e redução de consumo de água.Uma das coisas que também mim chamou a minha atenção,foi que apesar dos educadores relatarem que trabalham com a conscientização ambiental, foi quantidade de lixo depositado defronte do colégio, é notório que essa unidade escolar precisa com urgência implantar no seu projeto político pedagógico aulas de preservação ambiental a partir das seres iniciais. Essa unidade escolar precisam promover seminários envolvendo a comunidade em geral a final a responsabilidade é de todos. Tenho a certeza que as quantidades de barracas te lanches existente no Colégio Estadual da Aldeia Indígena Caramuru são fatores principal para o acumulo de lixo depositado ao redor do colégio. Os educadores precisam de cursos de capacitação para desenvolver essas temáticas em sala de aula.Uma vez nas duas temáticas relacionadas a água os educadores não se sente seguros para discutir o assunto.

6. CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos, foi possível identificar que a água é de fundamental importância para os professores desta comunidade, visto que sua falta interfere diretamente no funcionamento da escola (falta de água potável, falta de água para o preparo da merenda escolar e falta de água para limpeza) e nas práticas culturais, tais como a agricultura tradicional. Atualmente, em algumas regiões, a água é escassa e o solo está compactado, tornando-o impróprio para as práticas agrícolas.

Diante de toda essa problemática sugerem-se a busca de medidas emergenciais para a recuperação das nascentes, conscientização ambiental, reflorestamento, coleta de lixo e saneamento básico, uma vez que todos esses problemas são resultados do mal uso do território por várias décadas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, G.D.; CONSTANTE, K.S.A.; TEIXEIRA, R.A.G.; TAVARES, G.G.; TEIXEIRA, U.S.C.; OLIVEIRA, E.S.F. Educação Ambiental na perspectiva dos gestores e professores de escola do campo de Anápolis, Goiás, Brasil. **Atas do 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa**. Porto, Portugal, p. 1159-1167, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâme tros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 1997.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA. **Diretrizes para Monitoramento da Qualidade da Água para o Consumo Humano em Aldeias Indígenas: DMQAI**. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 108 p.

GALLI, A.J.B.; MONTEZUMA, M.C. **Alguns aspectos da utilização do herbicida glifosato na agricultura**. Santo André: Editora ACADCOM, 2005. 66p.

GIATTI, L.L.; ROCHA, A.A.; TOLEDO, R.F.; BARREIRA, L.P.; RIOS, L.; PELICIONI, M.C.F.; MUTTI, L.V.; CUTOLO, S.A.

OLIVEIRA, C.A.F.; MODERCIN, I.F.; BEZERRA, T.S. **A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas**. Brasília: IEB, 2016. 201p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 624p.

SANT'ANA, G.R. Entre a Base e Brasília: Associações Indígenas e o Projeto GATI. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, GT19. Brasília: Kiron, 2014. Disponível em: < http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402938048_ARQUIVO_ARTIGOGraziellaReisdeSantAnaGT19.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

SARMENTO, E. Concepções de professores indígenas sobre os problemas ambientais de sua comunidade. Anais do IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes tradicionais e farmação acadêmica. Campo Grande, 2011. Disponível em: < http://www.neppi.org/anais/Gestao%20territorial%20e%20sustentabilidade/CONCEPA~iES%20DE%20PROFESSORES%20IND-GENAS%20SOBRE%20OS%20PROBLEMAS%20AMBIENTAIS%20DE%20SUA%20COMUNIDADE..pdf>. Acesso em: 03 JUL. 2017.

SIASI - Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, SESAI, MS.

Dados Populacionais de 2013 por etnias cadastradas no SIASI por Distrito Sanitário Especial Indígena. Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header%2Cpath%2CdockLeft%2Cfooter&visMode=0&currentViewMedia=2&documentID=5DECC34E11E3629D00000080EF2535D4&Server=SRVBIPDF03&Port=0&Project=DMSIASI_4&>. Acesso em: 06 out. 2017.

TEIXEIRA, C.A. Análise do programa de aquisição de alimentos (PAA) no Território Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu no município de Pau Brasil (BA). 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras.